

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23425.001729.2023-11

2. Descrição da necessidade

Considerando a Portaria nº 222/2023 - RE/IFRN, que aprovou o Calendário de Compras e Contratações Comuns do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, referente ao Exercício 2023;

Considerando que o Núcleo Agreste de Compras e Contratações, composto pelos Campi: São Gonçalo do Amarante, João Câmara e Macau, ficou responsável no ano de 2022 pela elaboração e gerenciamento do processo de aquisição sistêmica de materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis constantes na tabela SINAPI-RN (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), com base no MAIOR DESCONTO, PARA OS CAMPI DA REDE IFRN, através do Pregão 02/2022, UASG: 154582; Tal demanda é comum a todos os campi que compõem a rede IFRN, motivo pelo qual o Calendário de Compras designou o Núcleo Agreste como o responsável a realizar o certame licitatório que contemple toda rede no presente exercício.

Considerando que os materiais a serem adquiridos serão empregados em serviços de manutenção das instalações dos campi do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Os materiais serão empregados de acordo com os eventos acontecidos nas edificações, como degradação pelo uso, tempo de uso e intempéries.

Considerando que o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte é uma Instituição centenária e possui 22 Campi distribuídos por todas as regiões do Estado, cada um deles integrado por uma ampla infraestrutura física composta por edificações administrativas, educacionais, esportivas e de uso comum, dos mais variados tipos e formas, urbanas e rurais.

Estas edificações e as demais infraestruturas físicas necessitam periódica e continuamente de manutenções preventivas e corretivas, seja por necessidade de conservação, modernização, reforma, adequação ou ampliação. Desta forma, para que essas manutenções prediais possam ser executadas pelos Campi, através de sua mão-de-obra terceirizada (pedreiro, auxiliar de manutenção, pintor, eletricista, bombeiro hidráulico, técnico em refrigeração e jardineiro), é necessário que um conjunto amplo de materiais de consumo para manutenção de bens imóveis estejam disponíveis in loco-.

A manutenção predial é o conjunto de ações essenciais para manter a vida útil de todos os sistemas de uma edificação. Na prática, ela é responsável por cuidar e preservar o funcionamento e as funcionalidades de toda a infraestrutura predial, atentando para os cuidados com os diversos sistemas construtivos existentes em cada uma delas: terreno, fundações, estruturas, alvenaria, telhados, instalações elétricas, hidrossanitárias, esquadrias, revestimentos, pinturas, etc. que possuem durabilidades determinadas e necessitam de constante preservação.

Ressalta-se que a falta de manutenção das instalações poderá acarretar no agravamento da situação das edificações afetadas, podendo chegar a um nível em que as avarias tornar-se-ão irreparáveis. Além disso, o estado precário das construções pode ocasionar acidentes, colocando a vida humana em risco;

Desta forma, para a execução destes serviços, há a necessidade de que sejam adquiridos materiais de construção, elétricos, hidráulicos, dentre outros, o que se exige em virtude dos variados tipos de imóveis;

Para que as manutenções sejam executadas de maneira eficiente, torna-se necessária a aquisição de demasiada quantidade de materiais, todos de suma importância para atender, satisfatoriamente, as necessidades da Administração;

Nessa perspectiva, a utilização da TABELA SINAPI possibilita à Administração o acompanhamento periódico dos preços praticados pelo mercado, uma vez que a mesma é atualizada mensalmente. Acrescente-se ainda, que a referida tabela é gerida em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Caixa Econômica Federal, instituições renomadas a nível Nacional, cujo trabalho consiste na atualização mensal dos índices da construção civil, o que é feito com base em levantamento de preços de equipamentos e insumos e dos salários pagos no setor de habitação;

. O Tribunal de Contas da União, no acórdão 452/2019, fixou o seguinte precedente: “Os sistemas oficiais de referência da Administração Pública reproduzem os preços de mercado, e, por gozarem de presunção de veracidade, devem ter precedência em relação à utilização de cotações efetuadas diretamente com empresas que atuam no mercado”

Essas ações de manutenção predial geram economia, uma vez que antecipar um problema tende a ser mais econômico do que solucionar uma falha já estabelecida. Nessa perspectiva, a aquisição desses materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis, objetiva garantir a funcionalidade e a segurança adequada de todos os sistemas construtivos das edificações do IFRN, atendendo demandas das comunidades acadêmica e administrativa, seja na manutenção, recuperação ou conservação dessas instalações físicas.

Assim, considerando a racionalização do armazenamento, o melhor aproveitamento do espaço e a validade dos produtos, é de interesse da Administração que as aquisições desses materiais sejam feitas em sincronia com as regras internas de solicitação de material e com o cronograma de compras, sem prejuízo da permanência do estoque mínimo em quantidades calculadas seguindo critérios razoáveis que permita a cada Campus a segurança no atendimento ininterrupto das demandas de manutenções prediais.

Logo, a pretendida aquisição de itens tomando como base os preços registrados na TABELA SINAPI, além de ser uma medida eficiente para a Administração Pública, impede a imposição de prejuízo ao erário, haja vista que será(ão) vencedora(s) do respectivo certame, a(s) empresa(s) que oferecer(em) o maior percentual de desconto por item, tomando como base a referida TABELA SINAPI;

Assim, considerando as características e imprevisibilidade das demandas do objeto a ser contratado, justifica-se a necessidade de contratações permanentes e frequentes, bem como de entregas parceladas, sugere-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos incisos I, II e V, do art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção - João Câmara	Agostinho Leal Bezerra Junior
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção - São Gonçalo do Amarante	Carlos Magno Ferreira da Silva
Coordenação de Administração da Sede e Manutenção	Jose Heriberto de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Aquisição será promovida através de pregão eletrônico por sistema de registro de preços.

Será celebrada Ata de Registro de Preços com Empresa por um prazo de 12 (dode) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

O critério de julgamento adotado será o de maior desconto.

Para a aquisição dos insumos, objeto deste ETP a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº. 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados; e

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.

As empresas que se sagrarem vencedoras ficarão submetidas em fornecer os materiais e equipamentos para manutenção predial conforme detalhamento contido em ordem de compra emitida através de e-mail pela área técnica requisitante. Os itens serão aqueles que estarão contidos na tabela SINAPI/RN vigente sob a qual incidirá o percentual de desconto definido no processo licitatório. Após a solicitação, a Contratada enviará uma proposta contendo, para cada item solicitado, além dos dados informados pela Contratante: a marca ofertada, o preço utilizado como base de cálculo, o desconto aplicável e o preço a ser pago pela Contratante (com o desconto).

O preço utilizado com base de cálculo para aplicação do desconto será o constante na tabela do SINAPI, relativa ao estado do Rio Grande do Norte, publicada pela Caixa Econômica Federal, vigente na data da solicitação, com a incidência do desconto ofertado pela Contratada.

No caso das demandas em que o item a ser solicitado não conste a especificação na sua integralidade, mas contenha forte correspondência técnica e descritiva com a referida tabela - conforme tabela I -, o preço a ser utilizado como referência para a aplicação do desconto, será obtido através da média de 3 (três) preços coletados, comprovados por meio da apresentação de orçamentos expedidos, preferencialmente, por empresas atuantes neste estado ou em estados vizinhos nesta ordem de prioridade. A obrigação da Contratada em apresentar estes orçamentos não afasta a responsabilidade da Contratante pela verificação, por seus próprios meios, da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, especialmente naqueles itens de maior impacto nos custos com insumos, classificados por meio da curva ABC.

Caso algum preço proposto não esteja compatível com o mercado, a Contratada deverá enviar uma nova proposta com base na média dos preços coletados pela Contratante. Os insumos só poderão ser fornecidos após a aprovação, pela Contratante, da proposta apresentada.

TABELA I - EXEMPLOS		
DEMANDA Item de forte correspondência técnica e/ou descritiva	Tabela SINAPI Item de maior correspondência	
LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 200 W	39391	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W
PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRAO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, M2 25,63 FORMATO MENOR OU IGUAL A 46 x 46 cm	1297	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRAO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, M2 25,63 FORMATO MENOR OU IGUAL A 45 x 45 cm
TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR OCRE	35692	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA
KIT REPARO DE CAIXA ACOPLADA DE BACIA SANITARIA (VASO)	11823	TORNEIRA PLASTICA DE BOIA PARA CAIXA DE DESCARGA, 1/2", BALAO E TORNEIRA PLASTICOS, COM HASTE METALICA
KIT REPARO DE TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	36796	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA

A título de informação, A TABELA SINAPI constitui numa tabela de divulgação mensal de custos e índices da construção civil. A gestão do sistema é compartilhada entre a CAIXA e o IBGE sendo que a CAIXA é responsável pela base técnica de engenharia (especificação de insumos, composições de serviços e projetos referenciais) e pelo processamento de dados, enquanto o IBGE pela pesquisa mensal de preço, metodologia e formação dos índices.

Por se basear em dados de pesquisa mensal de preço dentro de uma região geográfica delimitada, no caso, no Estado do Rio Grande do Norte, já se constitui no valor de referência confiável e com valores praticados no mercado para a aquisição dos bens de consumo e ferramentas.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

5. Levantamento de Mercado

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que,

notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

Nos últimos anos o IFRN, para atender a demanda de aquisição de materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis, realizou Pregões através do Sistema de Registro de Preços - SRP, utilizando a lista de itens com critério de aceitação de menor preço por item, ou seja, nesse modelo de contratação a lista de itens era exaustiva. Nesse formato, percebeu-se que havia uma limitação uma vez que os campi da rede IFRN é plural em suas respectivas infraestruturas construídas e que a elaboração de uma lista ampla e que pudesse atender todas as realidades tornaria o processo extremamente lento uma vez que a listagem completa poderia conter milhares de itens.

Destaca-se ainda que a quantidade de materiais necessários para manutenção predial é composta por milhares de itens o que torna inviável, incomensurável e antioperacional a listagem exaustiva de todos os insumos em busca do efetivo atendimento de uma ampla demanda da rede. Além disso, um certame com centenas ou milhares de itens poderia ter um número muito elevado de fornecedores o que exigiria um esforço elevado de servidor(es) nas atividades de gerenciamento e acompanhamento das diversas atas de registro de preços celebradas. Sem contar ainda que, no caso da necessidade de aquisição de dois ou mais itens de natureza semelhante, a combinação destes para execução de uma determinada intervenção de manutenção poderiam restar em incompatibilidade uma vez que poderiam derivar de fornecedores distintos.

Além disso, em decorrência da alta volatilidade do mercado provocada pela dinâmica economia, não é incomum pedidos de cancelamento de registro de preços decorrentes da defasagem de preços do preço registrado em ata.

Assim sendo, persistir nesse formato de aquisição poderia ter como consequência que o interesse público não seria satisfeito em tempo oportuno diante da dificuldade em operacionalizar o certame e que poderia levar meses para simplesmente lançar um pregão SRP dessa envergadura. Sabendo que um dos princípios norteadores da licitação é a aquisição mais vantajosa para a administração que se coaduna a celeridade, eficiência, eficácia e economia processual, todo o conjunto de atividades de manutenção poderia ser prejudicado e, por consequência, a comunidade acadêmica não teria a infraestrutura física em plenas condições de uso.

Diante desse contexto, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Das consultas de editais, foram encontrados dois modelos:

MODELO 1: Aquisição de materiais de consumo para manutenção de bens imóveis com indicação de todos os itens necessários.

Constatação: O IFRN realizou grande parte de suas aquisições por esse modelo, através de realização de Pregão Eletrônico pelo sistema de registro de preços, como também através de adesão à ata de registro de preços. Todavia, mostrou-se deficiente, pois o levantamento de todas as possíveis necessidades de material para manutenção predial tenderia a ser falho, tanto no sentido de não poder prever todos os materiais necessários, como também demonstraria uma demanda equivocada para os licitantes interessados.

MODELO 2: Aquisição de materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis por meio da Tabela SINAPI.

Constatação: A solução se mostrou mais eficiente pois a administração indica a classe e a quantidade dos materiais que serão adquiridos, observando a despesa média dos anos anteriores com essas classes de materiais, sendo mais vantajoso para a administração e para o licitante.

Nesse modelo de contratação, através de pregão baseado na tabela SINAPI/RN, identifica-se que: (1) há precedentes observados em outros órgãos - vide, por exemplo, o PE SRP N° 5/2021, UASG 158319 (IFCE) - e (2) entendimento firmado pelo TCU quando afirma no ACÓRDÃO 1238/2016 - PLENÁRIO que:

29. Mesmo que considere como adequada a contratação de materiais, com base em uma estimativa de preços e quantidades, nos termos realizados pela administração deste Tribunal, compreendo a pertinência e a eficiência da realização de procedimento licitatório, cuja adjudicação observaria o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados na tabela Sinapi. (...)

Nesse formato de aquisição pela tabela SINAPI/RN, há diversas vantagens que se observa principalmente quando se persegue a governança das aquisições e efetividade do gasto públicos. Dentre as principais vantagens, destacam-se:

A quantidade de itens disponível na SINAPI/RN contempla as mais diversas demandas individuais dos campi de itens de mesma natureza;

Como o critério de seleção é o maior desconto aplicado à tabela SINAPI/RN vigente, a administração estaria contratando itens de material de consumo com valor mais alinhado do mercado (o que remete ao princípio da proposta mais vantajosa durante a execução da contratação) o que, dessa forma, permite proteger para a administração e para os fornecedores das oscilações dos preços do mercado;

Em decorrência dos dois itens anteriores, evita-se dessa forma de a administração dos campi tenham de incorrer em diversos processos de aquisição complementares, quando do não atendimento das necessidades do pregão sistêmico em caso de itens desertos/fracassados ou pela limitação operacional por impossibilitar fazer a listagem exaustiva com centenas /milhares de itens;

Diante da carência de espaços de armazenamento dos materiais dessa natureza, bem como para o fato de que para alguns itens não é recomendável ter estoques elevados (por exemplo cimento que pode ter sua qualidade comprometida se estocado por muito tempo), esse formato permite uma logística de (re)suprimento mais eficiente.

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520 de 2002, do Decreto n° 3.555 de 2000, e do Decreto 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

Opta-se por utilizar o pregão eletrônico por sistema de registro de preços, pois além de promover uma maior participação e disputa entre os fornecedores, também atender aos preceitos das hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13:

"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

Considerando que a licitação almejada visa a contratação de uma infinidade de insumos da Construção Civil, necessários para o desenvolvimento dos trabalhos realizados no IFRN no tocante à manutenção predial nos Campi. Ou seja, há uma quantidade imensurável de itens dentre produtos básicos, hidráulicos, elétricos, de serralheria, de carpintaria, de vidraçaria, de pintura, de revestimento e de combate a incêndio.

Destaca-se que além dos materiais pertencerem a Construção Civil e ainda serem subdivididos em grupos, caso a licitação fosse feita item por item por meio de pregão, haveria o risco da não contratação de certos insumos, o que traria inúmeros prejuízos ao IFRN.

Isso porque, diversos insumos apresentam uma interdependência entre eles no seu uso, a exemplo do que ocorre com a areia, a brita e o cimento. E, por fim, optou-se pela utilização de tabelas oficiais, como base para aplicação dos descontos (através da adoção de licitações do tipo maior desconto), pois é uma prática consolidada e amplamente utilizada por diversas instituições públicas em suas contratações, e já foi realizada pelo IFRN, através do Pregão 02/2023, UASG: 154582, apresentando resultados positivos.

Diante desse contexto, faz-se necessário a promoção de certame licitatório através de registro de preços a fim de garantir a aquisição de materiais e equipamentos de manutenção predial. Nesse sentido, baseado no Documento de Formalização de Demanda - DOD 6/2022 - DIAD/DG/JC/RE /IFRN, tem-se que o objeto do certame é **Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis constantes na tabela SINAPI-RN (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), com base no MAIOR DESCONTO, PARA OS CAMPI DA REDE IFRN.**

Será permitida a adesão à ata de registro de preços, por entidades não participantes. A autorização à adesão à ata por parte do órgão ou entidade está sujeito aos limites e condicionantes pela Lei nº 14.133/21.

Assim, conclui-se que no mercado existe a solução proposta que é considerada a mais viável, além de ser fornecida por um grande número de fornecedores o que garante a participação de empresas e, conseqüentemente, permitindo o caráter competitivo do certame.

6. Descrição da solução como um todo

Pregão Eletrônico, através de Sistema de Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos para manutenção de bens imóveis constantes na tabela SINAPI-RN (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), com base no MAIOR DESCONTO, PARA OS CAMPI DA REDE IFRN.

CAMPUS	ENDEREÇO
IFRN - CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S.N., Centro, São Gonçalo do Amarante-RN CEP: 59291-727 E-mail: diad.sga@ifrn.edu.br Telefone: 4005-4111 UASG: 154582 UGR: 151902
IFRN - CAMPUS JOÃO CÂMARA	BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara-RN CEP: 59550-000 E-mail: diad.jc@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4105 UASG: 158373 UGR: 151610
IFRN - CAMPUS MACAU	Rua das Margaridas, 300, Conjunto COHAB Macau/RN CEP: 59.500-000 E-mail: diad.mc@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4106 UASG: 158375 UGR: 151611
IFRN - CAMPUS LAJES	Rodovia BR 304, Km 120 Centro, Lajes-RN CEP: 59535-000 E-mail: diad.laj@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4116 UASG: 158155 UGR: 154981
IFRN - CAMPUS PARELHAS	Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis Parelhas/RN CEP: 59.360-000 E-mail: diad.paas@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4115 UASG: 158155 UGR: 154980
IFRN - REITORIA	Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol CEP: 59015-300 E-mail: proad@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-0757 UASG: 158155 UGR: 151601
IFRN - CAMPUS NATAL CENTRAL	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN CEP 59015-000 E-mail: diad.cnat@ifrn.edu.br Telefone: 84 - 4005 9800 / 9841 / 9844 / 9843 / 9842 UASG: 158369 UGR: 151602
IFRN - CAMPUS NATAL CENTRO HISTÓRICO	Rua das Donzelas, 151, Rocas CEP: 59012-190 E-mail: diad.cal@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-0996 UASG: 152711 UGR: 151604
IFRN - CAMPUS NATAL ZONA NORTE	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi Natal-RN CEP: 59112-490 E-mail: diad.zn@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4006-9500 UASG: 158368 UGR: 151603
IFRN - CAMPUS APODI	RN 233, Km 02, Sítio Lagoa do Clementino, S/N. Zona Rural - Apodi/RN CEP 59.700,00 E-mail: diad.ap@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4101 UASG: 158371 UGR: 151608
IFRN - CAMPUS CAICÓ	RN 288, s/n, Nova Caicó Caicó-RN CEP: 59300-000 E-mail: diad.ca@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4102 UASG: 158370 UGR: 151609
IFRN - CAMPUS CANGUARETAMA	BR-101, Km 160, S/N, Areia Branca, Canguaretama - RN CEP: 59190-000. E-mail: diad.cang@ifrn.edu.br Telefone: 84 4005-4114 UASG: 154839 UGR: 152807
	BR-406, Km 145, Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN CEP: 59570-

IFRN - CAMPUS CEARÁ MIRIM	000 E-mail: diad.cm@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005 4113 UASG: 154838 UGR: 152806
IFRN - CAMPUS CURRAIS NOVOS	Rua Manoel Lopes Filho, nº 773. Valfredo Galvão Currais Novos-RN CEP: 59380-000 E-mail: diad.cn@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4103 UASG: 158366 UGR: 151606
IFRN - CAMPUS IPANGUAÇU	RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural Ipanguaçu-RN CEP: 59508-000 E-mail: diad.ip@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4104 UASG: 158367 UGR: 151607
IFRN - CAMPUS MOSSORÓ	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff Mossoró-RN CEP: 59.628-330 E-mail: diad.mo@ifrn.edu.br Telefone: (84) 3422-2652 / 2660 UASG: 158365 UGR: 151605
IFRN - CAMPUS PARNAMIRIM	Rua Antônia de Lima Paiva, 155 - Bairro Nova Esperança, Parnamirim CEP: 59143-455 E-mail: diad.par@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4108 UASG: 152756 UGR: 151901
IFRN - CAMPUS NOVA CRUZ	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, Nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia Nova Cruz-RN CEP: 59215-000 E-mail: diad.nc@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4107 UASG: 152757 UGR: 151900
IFRN - CAMPUS PAU DOS FERROS	BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN CEP 59900-000 E-mail: diad.pf@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005 4109 UASG: 158374 UGR: 151612
IFRN - CAMPUS SANTA CRUZ	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso Santa Cruz-RN CEP: 59200-000 E-mail: diad.sc@ifrn.edu.br Telefone: (84) 4005-4110 UASG: 158372 UGR: 151613
IFRN - CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	RN-120, Km 2, Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN CEP 59460-000 E-mail: diad.spp@ifrn.edu.br Telefone: (84)4005-4112 UASG: 154840 UGR: 152808
IFRN - CAMPUS ZONA LESTE	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN CEP 59015-000

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades a serem contratadas estão dispostas no ANEXO I deste documento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado para a necessidade desta administração, correspondente a toda rede do IFRN, de forma sistêmica, é de **R\$ 14.431.070,55 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, setenta reais e cinquenta e cinco centavos)**, conforme detalhamento abaixo:

REGIÃO	CIDADE	IFRN		PREÇO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
		QTD MÍNIMA	QTD MAXIMO		
1	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	107.133	214.264	R\$ 1,00	R\$ 214.264,00
1	CANGUARETAMA	205.000	495.000	R\$ 1,00	R\$ 495.000,00
1	CEARÁ MIRIM	148.000	296.000	R\$ 1,00	R\$ 296.000,00
1	JOÃO CÂMARA	153.500	307.000	R\$ 1,00	R\$ 307.000,00
1	LAJES	36.500	60.100	R\$ 1,00	R\$ 60.100,00
1	NATAL	884.762	9.334.354	R\$ 1,00	R\$ 9.334.354,00
1	NOVA CRUZ	67.000	198.000	R\$ 1,00	R\$ 198.000,00
1	PARNAMIRIM	54.500	333.000	R\$ 1,00	R\$ 333.000,00
1	SÃO PAULO DO POTENGI	342.000	475.000	R\$ 1,00	R\$ 475.000,00
2	APODI	37.000	533.000	R\$ 1,00	R\$ 533.000,00
2	IPANGUAÇU	86.000	172.000	R\$ 1,00	R\$ 172.000,00
2	MACAU	180.000	380.000	R\$ 1,00	R\$ 380.000,00
2	MOSSORÓ	31.000	209.000	R\$ 1,00	R\$ 209.000,00
2	PAU DOS FERROS	9.800	283.000	R\$ 1,00	R\$ 283.000,00
3	CAICÓ	151.000	326.000	R\$ 1,00	R\$ 326.000,00
3	CURRAIS NOVOS	59.576	119.153	R\$ 1,00	R\$ 119.152,55
3	JUCURUTU	50.300	386.200	R\$ 1,00	R\$ 386.200,00
3	PARELHAS	42.500	85.000	R\$ 1,00	R\$ 85.000,00
3	SANTA CRUZ	45.000	225.000	R\$ 1,00	R\$ 225.000,00
TOTAL		2.690.571	14.431.071		R\$ 14.431.070,55

REGIÃO	IFRN		PREÇO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
	QTD MÍNIMA	QTD MAXIMO		
1	1.998.395	11.712.718	R\$ 1,00	R\$ 11.712.718,00
2	343.800	1.577.000	R\$ 1,00	R\$ 1.577.000,00
3	348.376	1.141.353	R\$ 1,00	R\$ 1.141.352,55
TOTAL	2.690.571	14.431.071		R\$ 14.431.070,55

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características dos materiais e ferramentas a serem adquiridos haverá o parcelamento ou individualização da solução em itens conforme está disposto em tabela anexa a este documento.

Importante frisar que cada item da tabela em anexo, corresponde a itens da Tabela SINAPI de mesma natureza ou similaridade cujas especificações individualizadas consta na própria tabela SINAPI.

A adoção de pregão por sistema de registro de preços (SRP) para aquisição desses materiais e equipamentos para manutenção predial se justifica pela necessidade de entregas parceladas, de acordo com a real demanda do IFRN, que pode variar ao longo do ano, não sendo possível definir previamente e precisamente o quantitativo a ser demandado, ou ainda, daquilo que efetivamente será necessário, uma vez que, mesmo que haja histórico de contratações do gênero, não se pode garantir precisamente aquilo que será executado dada a incerteza daquilo que porventura venha a ser necessário intervir em manutenção corretiva na infraestrutura física.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito desta Instituição não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com a descrição da solução como um todo, isto é, visto que os campi da Rede IFRN já possuem contratos terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra relacionados prevista no Plano de Padronização de Postos Terceirizados de Manutenção Predial.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida foi inserida no Plano Anual de Contratações do ano de 2024.

No que se refere ao plano de metas definidos no PDI 2019-2023, há uma correlação indireta uma vez que zelar pela manutenção predial é, em linhas gerais, contribuir com redução de consumo de água e energia elétrica quando da intervenção em problemas desta natureza, bem como dispor de condições adequadas da infraestrutura física para as missões institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

12. Resultados Pretendidos

Intenciona-se garantir para a comunidade acadêmica e setores de gestão do IFRN a continuidade em promover uma boa manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias, etc. tendo em vista a frequente e periódica necessidade de manutenção destes e outros sistemas, sendo necessário a substituição de partes ou peças ou a reparação destas e da infraestrutura física, como: troca de lâmpadas, tomadas e interruptores, pintura externa e interna das diversas áreas do *campus*, reforma e readequação de espaços, dentre outros.

Prevendo as possíveis e mais frequentes necessidades de manutenção, foram relacionados os itens que podem vir a ser necessários, e estimados os quantitativos destes, para a realização dos serviços que não de surgir.

13. Providências a serem Adotadas

Realizar reuniões com a equipe demandante e com as empresas para explicar o novo formato de contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitante vencedora deverá adotar as práticas de sustentabilidade, de acordo com O GUIA PRÁTICO DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS, elaborado pelo Conselho Jurídico da União de São Paulo, conforme Instrução Normativa 01 SLTI/MPOG de 19/01/2010 e nos termos do Art. 12 da Lei nº 8.666/93, visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; e

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a presente contratação se encontra alinhada ao Plano Anual de Contratação; considerando as possíveis soluções levantadas e a escolha da melhor; considerando que o presente estudo foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, estando em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e o objeto da contratação. Outrossim, considerando que o presente estudo atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, que os benefícios pretendidos são adequados, que os custos previstos são compatíveis, estando apresentados aspectos de economicidade, e que os riscos envolvidos são administráveis. Por todo o exposto, declaramos a viabilidade da aquisição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANE DE MORAIS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 09:20:33.

SERGIO DE CARVALHO GUEDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 10:16:12.

FABIO HENRIQUE VALE DOS REIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 10:08:52.

GUSTAVO MOURA CAVALCANTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 11:28:57.

PATRICIA TATIANA FERREIRA RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 09:45:25.

DANIEL MELO MARTINS DE GOIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 09:53:50.

LUISA DE MARILAC DE CASTRO LEITE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 09:59:04.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA COM QUANTITATIVOS SINAPI.pdf (173.06 KB)

Anexo I - PLANILHA COM QUANTITATIVOS SINAPI. pdf

ITEM	DESCRIÇÃO	Total	SGA	CANG	CM	JC	RE-LJ	RE	RE-ZL	CH	CNAT	ZN	NC	PAR	SPP
1	Materiais de Marcenaria	2.741.700	2.500	30.000	3.000	6.000	3.000	25.000	2.000	46.000	2.600.000	1.200	3.000	5.000	15.000
2	Materiais Elétricos	868.778	27.278	10.000	8.000	50.000	12.000	200.000	2.000	55.000	400.000	14.500	40.000	30.000	20.000
3	Materiais de Pintura	446.571	18.571	25.000	16.000	15.000	4.000	68.000	2.000	35.000	200.000	3.000	20.000	20.000	20.000
4	Materiais de Serralheria	172.647	6.000	15.000	4.000	1.000	700	10.000	300	30.000	50.000	647	5.000	20.000	30.000
5	Materiais de Alvenaria	466.000	5.500	15.000	7.000	26.000	1.500	100.000	4.000	50.000	200.000	2.000	10.000	15.000	30.000
6	Materiais com Finalidade Estrutural	345.647	10.000	4.000	8.000	6.000	0	30.000	2.000	40.000	200.000	647	10.000	10.000	25.000
7	Materiais Hidrossanitários	502.118	11.618	8.000	18.000	15.000	8.000	150.000	3.000	35.000	200.000	3.500	10.000	25.000	15.000
8	Materiais de Revestimento	433.297	7.797	50.000	30.000	6.000	4.000	50.000	2.500	65.000	150.000	3.000	15.000	15.000	35.000
9	Ferramentas e Equipamentos Manuais	220.700	7.000	4.000	20.000	6.000	1.500	35.000	1.000	30.000	50.000	1.200	5.000	50.000	10.000
10	Materiais de Vidraçaria	227.500	2.500	10.000	12.000	30.000	1.500	20.000	1.500	30.000	100.000	2.000	3.000	0	15.000
11	Materiais de Combate a Incêndio	331.536	10.000	5.000	10.000	6.000	3.000	50.000	1.500	65.000	150.000	1.036	7.000	3.000	20.000
12	Instalações em geral	195.500	1.500	5.000	10.000	6.000	0	25.000	3.000	15.000	100.000	2.000	3.000	10.000	15.000
13	Equipamentos (Ares Condicionados)	2.527.000	50.000	150.000	40.000	80.000	12.000	80.000	10.000	160.000	1.800.000	0	30.000	15.000	100.000
14	Materiais de Refrigeração utilizados em Instalações de aparelhos de Ar-condicionado	567.000	15.000	50.000	10.000	15.000	0	15.000	3.000	25.000	400.000	2.000	4.000	8.000	20.000
15	Materiais de Esquadrias	391.000	20.000	80.000	24.000	15.000	6.000	40.000	3.000	35.000	100.000	3.000	10.000	15.000	40.000
16	Materiais de Arborização	366.988	2.000	10.000	8.000	6.000	1.400	35.000	200	15.000	250.000	388	4.000	20.000	15.000
17	Materiais Impermeabilizantes	268.200	3.000	4.000	8.000	1.000	1.500	40.000	2.500	35.000	150.000	1.200	2.000	5.000	15.000
18	Materiais de Pavimentação	295.500	2.000	15.000	10.000	5.000	0	18.000	500	20.000	200.000	1.000	2.000	7.000	15.000
19	Equipamentos	345.036	12.000	5.000	50.000	12.000	0	35.000	10.000	25.000	100.000	1.036	15.000	60.000	20.000
TOTAIS		11.712.718	214.264	495.000	296.000	307.000	60.100	1.026.000	54.000	811.000	7.400.000	43.354	198.000	333.000	475.000
ITEM	DESCRIÇÃO	Total	AP	IP	MC	MO	PF								
20	Materiais de Marcenaria	50.500	20.000	8.000	15.000	5.000	2.500								
21	Materiais Elétricos	102.000	30.000	12.000	30.000	10.000	20.000								
22	Materiais de Pintura	62.500	24.000	2.000	30.000	5.000	1.500								
23	Materiais de Serralheria	28.000	6.000	2.000	5.000	10.000	5.000								
24	Materiais de Alvenaria	108.000	48.000	12.000	25.000	8.000	15.000								
25	Materiais com Finalidade Estrutural	68.000	30.000	8.000	20.000	5.000	5.000								
26	Materiais Hidrossanitários	85.000	32.000	10.000	30.000	5.000	8.000								
27	Materiais de Revestimento	64.000	30.000	10.000	10.000	8.000	6.000								
28	Ferramentas e Equipamentos Manuais	60.000	10.000	2.000	15.000	30.000	3.000								
29	Materiais de Vidraçaria	41.000	6.000	10.000	10.000	5.000	10.000								
30	Materiais de Combate a Incêndio	59.000	24.000	0	5.000	5.000	25.000								
31	Instalações em geral	65.000	10.000	12.000	15.000	8.000	20.000								
32	Equipamentos (Ares Condicionados)	410.000	160.000	40.000	80.000	50.000	80.000								
33	Materiais de Refrigeração utilizados em Instalações de aparelhos de Ar-condicionado	45.000	10.000	0	20.000	5.000	10.000								
34	Materiais de Esquadrias	53.500	24.000	12.000	10.000	5.000	2.500								
35	Materiais de Arborização	32.000	16.000	0	5.000	5.000	6.000								
36	Materiais Impermeabilizantes	26.500	7.000	6.000	5.000	5.000	3.500								
37	Materiais de Pavimentação	102.000	16.000	6.000	30.000	5.000	45.000								
38	Equipamentos	115.000	30.000	20.000	20.000	30.000	15.000								
TOTAIS		1.577.000	533.000	172.000	380.000	209.000	283.000								
ITEM	DESCRIÇÃO	Total	CA	CN	CA-JUC	RE-PASS	SC								
39	Materiais de Marcenaria	37.000	8.000	2.000	20.000	2.000	5.000								
40	Materiais Elétricos	83.000	32.000	10.000	15.000	6.000	20.000								
41	Materiais de Pintura	67.200	17.000	6.200	30.000	6.000	8.000								
42	Materiais de Serralheria	20.000	3.000	1.000	10.000	3.000	3.000								
43	Materiais de Alvenaria	90.000	20.000	30.000	30.000	3.000	7.000								
44	Materiais com Finalidade Estrutural	61.000	12.000	10.000	30.000	4.000	5.000								
45	Materiais Hidrossanitários	78.000	12.000	10.000	20.000	6.000	30.000								
46	Materiais de Revestimento	99.500	12.000	7.500	50.000	15.000	15.000								
47	Ferramentas e Equipamentos Manuais	25.500	10.000	500	6.000	2.000	7.000								
48	Materiais de Vidraçaria	26.000	5.000	1.000	12.000	2.000	6.000								
49	Materiais de Combate a Incêndio	23.700	2.500	0	7.200	4.000	10.000								
50	Instalações em geral	17.500	2.500	1.000	6.000	4.000	4.000								
51	Equipamentos (Ares Condicionados)	208.065	90.000	16.065	40.000	12.000	50.000								
52	Materiais de Refrigeração utilizados em Instalações de aparelhos de Ar-condicionado	16.500	500	1.000	3.000	2.000	10.000								
53	Materiais de Esquadrias	67.500	15.000	6.500	30.000	4.000	12.000								
54	Materiais de Arborização	21.500	500	0	6.000	0	15.000								
55	Materiais Impermeabilizantes	15.000	4.000	2.000	5.000	2.000	2.000								
56	Materiais de Pavimentação	140.000	70.000	0	60.000	0	10.000								
57	Equipamentos	44.388	10.000	14.388	6.000	8.000	6.000								
TOTAIS		1.141.353	326.000	119.153	386.200	85.000	225.000								

Documento Digitalizado Público

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - 38/2023

Assunto: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - 38/2023
Assinado por: Adriane Ferreira
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Adriane de Moraes Ferreira, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - SUB-CHEFIA - DIAD/JC**, em 21/03/2024 11:37:21.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/03/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1747150
Código de Autenticação: e0ed996b68

